

Língua, museu e discurso: entremeios e descaminhos de uma exposição no Museu da Língua Portuguesa

Language, museum and discourse: inset and diversion of an exhibition
in the Museu da Língua Portuguesa

Luiz C. Borges

Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

“O futuro é o instante seguinte.”

Bernardo Bertolucci

Resumo: Este trabalho discute as tensas e complexas relações entre língua, museu, patrimônio. Ao compreender a língua como deriva e inapreensibilidade, pensando a sua relação com os processos de preservação e de exposição, e observando a exposição de longa duração do Museu da Língua Portuguesa, a pergunta que motiva a reflexão aqui apresentada é: que língua (portuguesa) é essa que se encontra ali exposta? Assim, supor a língua como discurso infere tomá-la como incapturável, o que, por sua vez, leva a conjecturar que a língua só se dá à/na exposição ou à preservação na forma de um simulacro ou delusão.

Palavras-chave: Discurso. Língua. Museu da Língua Portuguesa. Patrimônio. Sentido.

Abstract: This paper discusses the tense and complex relations between language, museum, heritage. Understanding language as shift and inapprehensibility, thinking on its relation with processes of preservation and exhibition, and observing the Museu da Língua Portuguesa's long-term exhibition, the motivating question for this reflexion is: what (Portuguese) language is after all there exhibited? Thus, assuming language as discourse infer that it should be taken as unsievable, what on its turn leads to conjecture that it only gives itself in exhibition or in preservation as a kind of simulacrum or delusion.

Keywords: Discourse. Heritage. Language. Meaning. Museu da Língua Portuguesa.

Museu, arquivo e o lugar de autoria

Início com a constatação de que o museu – lugar de produção e disseminação de discursos sobre algo – é um espaço de comunicação, informação e ordenamento de sentidos (BORGES, 2011). Outra constatação, o museu expõe-se à nossa experiência cognitiva e, portanto, aos nossos gestos de interpretação. Dessas constatações derivam algumas questões tais como: qual o lugar do museu, do arquivo e do discurso na sociedade? Qual é a relação que cada uma dessas categorias tem com e no museu? Ainda que sejam questões permanentemente em aberto, inexauríveis, procurarei apresentar alguns argumentos que nos possibilitem avançar algumas considerações acerca desse tema.

Luiz C.
Borges

258

Concebo o museu como um evento, isto é, como um acontecimento particular que irrompe em uma dada estrutura, ou processo sócio-histórico, e dá início a uma nova cadeia de acontecimentos. O evento-museu configura-se como um ente observável e passível de análise histórica no tempo e no espaço; e ser compreendido como um ponto em um espaço-tempo provido de quatro dimensões, isto é, um ponto em um sistema específico de coordenadas ou referenciais que, neste caso, só pode ser histórico-social¹. Desse ponto de vista, o museu ocupa uma posição/função em um campo social, no sentido que Pierre Bourdieu dá a esse termo:

o campo social [é] como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis [...]: os agentes se distribuem [...], na primeira dimensão, segundo o volume total do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital [...]. (BOURDIEU, 2009, p. 135).

O museu atua como agente produtor e reproduzidor, diretamente inserido na acumulação do capital (CHAUÍ, 2006; BOURDIEU, 2003), ao mesmo tempo que é dotado de uma função apaziguadora e reprodutora, ligada aos processos de autoconservação dos padrões sócio-históricos hegemônicos vigentes em uma dada configuração histórica. Desse movimento e dessa dialética (poder público-agentes sociais-especialistas)

¹ Devo a noção de evento, do ponto de vista da física, ao Dr. Marcio D'Oliveira Campos, colega e parceiro em algumas aventuras teóricas, a quem agradeço.

resulta uma tessitura da realidade construída no e pelo museu – como efeito de sua prática discursiva justificada pela competência técnica e teórica, e pela qual se configura um ordenamento de sentidos – em que o *uno* (o estabelecido, o organizado, o disciplinado, o que permanece, isto é, a forma imaginária instituída) se entremeia ao *fluido* (o devir, o ir-significando, o que falha e escapa, o inacabado, isto é, aquilo que pertence ao domínio do real). E é nesse movimento e nessa urdidura do uno e do fluido que o real da história, através de intervenções e ordenamentos, de usos e contrausos, de cenarizações e musealizações, de fluxos de memória e contramemória, que as narrativas museais vão significando e sendo significadas.

Nesse sentido, pode-se dizer que o museu, em sua representação de uma dada realidade (etnográfica, científica, tecnológica, artística etc.) e, simultaneamente, em sua missão de produtor de espetáculos² (cenarizar, museografar, redramatizar narrativas da realidade), inscreve-se discursivamente na ordem do simulacro³, entendido como evidência do real. Assim, o espetáculo discursivo do museu impõe-se como evidência, no sentido em que a realidade representada expõe-se ao exame do olhar. E a exposição deve ser lida como aquilo que, sendo efeito de evidência, permite ver completa e perfeitamente a coisa tal como ela é concebida em determinado tempo e espaço.

Assim sendo, o fato de o museu se constituir como parte do ser social permite analisá-lo como um evento histórico-sociocultural. Dessa forma, o museu não é um fenômeno indiferente ao processo histórico, mas um produto sócio-historicamente instituído. Isso permite dizer que o real do museu⁴ é inseparável do real da história, sendo este o cerne teórico-

2 Espetáculo relaciona-se a dois verbos latinos: a) *specio* = ver-observar-olhar-perceber; b) *specto* = ver-olhar-examinar-ver com reflexão-provar-ajuizar-acautelar-esperar. Daí, *spectator*: o quer vê, observa, examina, pondera diante do que vê, e *spetaculum*: festa pública, aquilo que é para ser visto por todos (CHAUÍ, 2002, p. 508).

3 *Simulacrum* (de *similis* = semelhante, derivado do verbo latino *simul* (“fazer junto”, “competir”, “rivalizar”). Vem daí *simulare* com o sentido de representar exatamente-copiar-tomar a aparência de (CHAUÍ, 2002, p. 508). Isto é, representação, como cópia exata ou como fingimento, de um objeto ou evento. Imagem por representação, isto é, imagem de uma imagem. Quando, da percepção da imagem de uma coisa, passa-se à sua representação ou reprodução, como na pintura, na fotografia.

4 O real do museu não se limita à instituição, abrangendo a totalidade de seu processo onto-histórico e sócio-histórico. À guisa de esclarecimento, avanço, tentativamente, uma diferenciação entre real e realidade. Real é a totalidade do que existe, o que é sendo sempre, a completude não simbolizável. Realidade é o que se refere ao real, que parte do e volta ao real. Assim, melhor que dizer real tangível/intangível, pois tudo, independentemente de sua tangibilidade, faz parte, refere-se ao, constitui e é constituído pelo real, é dizer realidade tangível/intangível. Além disso, a realidade se configura como função de processos históricos que constituem as condições de produção material e cultural da existência (noção

-metodológico a partir do qual se abre a possibilidade de tratar, analisar e interpretar discursivamente o museu. Dessa forma, o museu não pode prescindir da linguagem, fazendo com que nele atue uma dupla inscrição discursiva. De uma parte, o museu é produtor de signos e, de outra, o museu é permanentemente atravessado pelos signos (inscreve-se na ordem simbólica e produz/acumula bens e capital simbólicos) que, como afirma Bakhtin (1979), são uma das arenas sociais da luta ideológica.

Na condição de agente dos dispositivos ideológicos mundializados, o museu – mas igualmente os museólogos, dirigentes e técnicos de museus – encontra-se investido da função de sujeito-intelectual coletivo “múltiplo, ubíquo e polifônico” (IANNI, 2000, p. 137). Isso fica patente ao se considerar o museu como um *locus* de produção de conhecimento (mas também de políticas culturais e de memória), isto é, o museu configura-se, em várias de suas vertentes, como uma unidade de produção de imagens, representações e, portanto, de verdades acerca de uma dada realidade. Daí poder-se dizer que o museu, como uma das formas ideológicas da sociedade, não pode deixar de conduzir-se segundo a lógica mundializada, encontrando-se perfeitamente integrado à tecnoestrutura planetária.

O modo museico de normatizar a realidade e os sentidos consiste em produzir recortes, representações, narrativas museografadas dessa realidade. Não é, pois, de estranhar que o museu – ao lado das ciências, da tecnologia e dos modelos de administração e racionalização – seja um dispositivo (considerando-se a sua área específica de atuação, ou, em termos stranskyanos, o seu específico modo de relacionar-se com a realidade) de uma tecnoestrutura que atua em escala planetária e cuja finalidade é produzir a racionalização sistêmica da realidade.

É nessa condição (agente tecnoideológico, intelectual orgânico e coletivo, sujeito-autor, usuário e produtor de tecnologias da inteligência e, sobretudo, do imaginário – logo, da e sobre a memória social e discursivamente construída) que o museu se dissemina pelo e atua no mundo. E é justamente devido a essa condição que suas narrativas, bem como sua prática discursiva, encontram-se organicamente determinadas pela formação imaginária e histórico-ideológica hegemônica (com suas contradições, tensões e disputas), estando, pois, hegemonicamente integrado, com suas especificidades, contradições e tensões,

discursiva de real), bem como da relação imaginária dos sentidos com essas determinações, tal como se apresentam no discurso ou nos processos de cognição e significação.

à rede multidimensional e hipertextual da tecnoideologia que se expande planetariamente.

Podemos dizer, a partir de Bourdieu (2009), que o sentido e o valor do museu só podem ser claramente equacionados quando referidos à história social e ao campo específico a partir do qual ele opera e que, por sua vez, permite e justifica a sua emergência e sua própria existência. É justamente esse jogo discursivo que gera um efeito de evidência pelo qual o museu – assim como as demais formas simbólicas ou ideológicas – pode ser explicado como um em-si.

Em termos cognitivos, todo museu é uma proposta de ver, recorrer, conhecer, classificar, compreender e representar uma dada realidade⁵, em suma, o museu inscreve-se em uma visão de mundo, a partir de uma determinada posição de autoria. Isto é, o museu é sujeito-ator de suas narrativas (narrativas museais), pelas quais faz representar em seus leitores (visitantes, *experts* etc.) a sua construção/interpretação da realidade, diante da qual a narrativa museográfica faz a passagem do visível ao nomeável e ao passível de ser exposto. Com isso, o discurso museológico mobiliza memórias, estabelece sentidos estabilizadores relativos à coisa exposta. Ao inscrever-se em um dado jogo das redes simbólicas, o museu funciona como um lugar em que a realidade é transposta, deslocada para uma representação de segunda instância e, como tal, reordenada e ressignificada.

Nesta acepção, o museu se faz, igualmente, um lugar de disputa de/por memórias e sentidos. Disputa que se estabelece entre museu e sociedade (entre museu e outros atores sócios, bem como entre museus, como frações da sociedade). Portanto, é uma arena de negociação, espaço de controvérsias e consenso, logo, de dicções e interdições. Destarte, os discursos produzidos/instituídos pelos museus, em seus vários graus de tensão, põem a descoberto um jogo discursivo entre memória e contramemória, uma vez existe uma relação constitutiva entre museu e memória (PONNAU, 1997). Assim considerado, o museu, em sua função de ordenador/disciplinador de uma dada realidade, exerce um importante papel social e político de *nomothetes* – “legislador”, aquele que estabelece/observa/distribui regras, normas, lei, o *nomos* (CHAUÍ, 1993).

5 Afinal, comunicar, disseminar, divulgar, investigar, conservar, guardar, expor, educar, constituem, no todo ou em parte, função/missão de qualquer museu (DESVALLÉS, 2000). Nesse sentido, o museu também se correlaciona ao arquivo: lugar de disputa e seleção do que guardar-catalogar-mostrar.

Assim definido, o museu é igualmente um arquivo, seja no sentido que esse termo é utilizado na Análise de Discurso (doravante AD), seja no sentido que lhe atribui Derrida (2001). Nesta acepção, o museu funciona como um *arqueion*, ou seja, um lugar de ordenação do mundo, que produz sentido a partir daquilo “que resta’: vestígio, memória, monumento”⁶ (VATTIMO, 2007, p. 71). Portanto, o objeto (como aquilo-que-resta, mas que também se desloca) musealiza-se na condição de fazer-se signo (ou tornar-se outro), sendo esta uma das características do objeto museal, como um dos constituintes imediatos do real do museu. Através da mobilização de seus múltiplos recursos de difusão, o museu apresenta-se “como um cenário em que se processa o fato museológico, em que o fato museológico se evidencia” (GUARNIERI, 1989, p. 60). O efeito de evidência do fato museológico resulta, pois, da ação de reprodutibilidade mediante a qual, discursivamente falando, ocorre um silenciamento da memória fluida, em favor da cristalização de uma memória sempre já dada (ou memória cristalizada).

Vê-se, pois, que o museu não é apenas um espaço tenso de memória e de poder, mas também lugar de vestígios deslocados e no qual ocorrem entrecruzamentos e coocorrências de memórias e contramemórias. Daí porque o museu não se apresenta apenas como um lugar de memória, nos termos de Nora (1993), mas igualmente como lugar ou magma de interpretação, produção/ordenação de sentidos, um espaço de entrelaçamento tensionado de diversas memórias (dos objetos, da sua ressignificação, da comunicabilidade, das muitas formações discursivas e imaginário-ideológicas). Em qualquer museu podem ser encontrados efeitos de uma memória líquida (aquela que se adapta ou se amolda a novos contextos e necessidades), de uma memória mecânica (aquela em que o real da história é reduzido a formas de armazenamento), de uma memória de papel (aquela disposta nos documentos e sujeita aos efeitos deteriorantes das condições climáticas), entre outras. Poder-se-ia, então, falar de uma função criptomnésica do museu, pela qual este armazena e processa informações, tornando-as suas, plasmando-as em seu próprio processo de memorialidade e, portanto, inseparáveis de sua produção de sentido. Uma espécie de memória espectral ou de empréstimo⁷.

6 Para Vattimo (2007), “o monumento não é uma função da auto-referência do sujeito; ele é, antes de tudo, [...] feito para conservar o vestígio e a memória de alguém através do tempo, mas *para outros*” (p. 67, grifo do autor); “o monumento é feito, decerto, para durar, mas não como presença plena daquilo de que porta a recordação; ao contrário, ele permanece apenas como recordação” (p. 82).

7 A criptomnésia é a capacidade do cérebro de armazenar e processar, como próprias, informações que, de fato, foram obtidas de outrem (por leitura ou por oitiva, por exemplo). É essa função cerebral

Patrimônio, memória e valor

Observamos em várias esferas sociais uma preocupação generalizada em torno da defesa, documentação e preservação de bens culturais tangíveis ou intangíveis⁸, tradicionais ou contemporâneos, a qual não se diferencia, no geral, de um movimento que atinge diversos estratos sociais, acadêmicos e político-econômicos cujo cerne consiste em propor e impetrar políticas e ações com vista à preservação do meio ambiente⁹.

Entre as muitas questões, chamam-me a atenção as discussões relativas à patrimonialização das línguas, especialmente quando os motivos, as justificativas, assim como as suas bases teóricas, encontram-se muito próximos, e são até mesmo copartícipes, dos chamados projetos de salvamento (por exemplo, arqueológico, linguístico etc.). Nesta seção, pretendo contribuir com algumas considerações referentes à concepção discursiva de língua, assim como apontar o que isso implica em termos de política e de discurso patrimonialista.

Para fins argumentativos, tomarei como ponto de partida as convenções adotadas pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), bem como um variegado número de conceituações e comentários disponíveis em diferentes Cartas Patrimoniais (INSTITUTO, 2004), segundo os quais e resumidamente pode-se dizer que bens ou patrimônios culturais (materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, de acordo com a Conferência Geral da Unesco realizada em Paris em 2003 [BOYLAN, 2006]) consistem em produtos e testemunhos dos diversos povos e que, por conseguinte, são elementos inextricáveis do *ethos* desses povos, traços instituidores e instituídos de suas múltiplas tradições histórico-culturais, diversificado conjunto que inclui a língua, a mitologia, as ciências e tecnologias, os

Língua,
museu e
discurso

263

que explica o plágio não intencional, uma vez que a informação (frase poética ou musical, por exemplo) é tomada pelo sujeito como sendo originalmente sua.

8 Seria interessante fazer uma reflexão sociolinguística em torno dessas denominações diglósicas impostas aos bens ditos patrimonializáveis: material/imaterial, tangível/intangível (por exemplo, quando se diz que se deve buscar algo que está além da *materialidade* do objeto: quais são ontológica e gnosiologicamente os sentidos dessa “materialidade”?). Discutir, nas mesmas bases, o próprio termo que nomeia a categoria: patrimônio (notar que neste caso também existe um jogo de sentidos com base na oposição entre patrimônio [sem adjetivação] e patrimônio simbólico seria também bastante provocativo). Deve ser mencionado que, no âmbito do ICOM e de outros comitês que lhe são associados, a pesquisa acerca de termos e conceitos da Museologia vem produzindo reflexões e debates teóricos acerca de alguns desses temas.

9 Observo que o termo *tekoa*, em Guarani, geralmente traduzido como “aldeia”, conota precisamente essa noção complexa de meio ambiente, sendo não só o lugar onde se vive, mas também aquele que suporta e propicia a plena vida biológica e sociocultural.

rituais profanos e religiosos, as dietas alimentares, vestuário e tudo quanto compreende a diversidade étnica, social e gnosiológica do gênero humano. Nesse sentido, a determinação de um objeto, expressão, ou manifestação cultural, como bem patrimonial dependerá de ser reconhecido e de ter uma significação histórico-gnosiológica para uma determinada nação, povo, comunidade ou segmento populacional. Por isso, esses elementos ou valores, na condição de um processo social, integram os processos identitários de uma nação, de um povo ou de qualquer segmento social. Desse modo, o operador conceitual *significação cultural* designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras (INSTITUTO, 2004), ou da estratégia de constituição imaginária do tempo sócio-histórico (MORAIS, 2007; CAMPOS; BORGES, 2012).

No que se refere especificamente ao Brasil, destaco o Decreto nº 3.551, de 4/8/2000, que nos fornece um contorno temporal e político no qual se institui uma nova política brasileira voltada ao patrimônio cultural imaterial e intangível. Essa nova política consigna o inventário dos bens que se enquadrem nessa categoria, tendo por base a Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, aprovada pela Conferência Geral da Unesco em 1989¹⁰.

Essas considerações remetem-me à constatação de que, para ser efetiva, a patrimonialização deve respaldar-se na noção de valor (BORGES; CAMPOS, 2012). Ou seja, para ser patrimônio é, então, necessário que um bem ou valor se apresente como representável, isto é, que se institua na memória sócio-histórica, que seja parte (decomponível) do “magma das significações imaginárias sociais de que faz parte” (CASTORIADIS, 1987, p. 118). É o que Gonçalves (2005) ressalta ao enfatizar que todo bem, para ser considerado patrimônio de/por uma dada comunidade, deve ter ressonância nesta comunidade, pois, como indaga Benjamin (1994), qual o valor de um patrimônio cultural que já não se encontra vinculado (isto é, que não mais faz sentido) a um *ethos*? Considero, então, que toda política de patrimonialização deve considerar as interações entre as comunidades e os processos de significação que são inerentes ao processo histórico-social dessas comunidades. Nos termos de Castoriadis (1987), para que um bem cul-

10 Para maiores detalhes acerca da relação entre o Brasil e as medidas e políticas patrimoniais, remeto a Canani (2005).

tural seja considerado patrimônio é preciso que signifique relativamente à instituição social e, ao mesmo tempo, ao conjunto dos demais patrimônios que lhe são equivalentes, ou seja, é preciso que coexista e coopere diacrônica e sincronicamente com a formação histórico-ideológica hegemônica em um campo social.

Uma definição operacional de patrimônio, enquanto valor, consiste em dizer que deve ser considerado patrimônio tudo aquilo que é portador de referências à identidade e à memória de grupos sociais, e que representa, valoriza, difunde e preserva a diversidade cultural existente em uma dada comunidade. Assim, podemos dizer que todo patrimônio se configura em um jogo simbólico, determinado no tempo e no espaço, em um permanente entrelaçamento entre sujeitos (individuais e/ou coletivos), suas formações (culturais, discursivas e suas condições materiais de existência), em consonância com o fluxo histórico. Este processo histórico-social inscreve-se igualmente em diversos procedimentos discursivos, a partir dos quais é possível depreender as formações histórico-ideológicas das políticas e ações patrimonializantes.

Com relação, ainda, à conceituação de patrimônio, chama a atenção um conjunto de enunciados, encontrados em diversos contextos e diferentes autores, nos quais se afirma que: “aquilo que se quer preservar como patrimônio cultural não são os objetos, mas seus sentidos e significados” (CHAGAS, 2003, p. 97); ou o que afirma, no que respeita aos museus, que se deve considerar, “ainda, outra questão que está para além da materialidade do objeto” (VALENTE, 2005, p. 55); ou, ainda, no que respeita ao patrimônio, o que assevera que “não há como falar de patrimônio sem falar de sua dimensão material” (GONÇALVES, 2005, p. 5). Observo, além disso, que nesse tipo de assertiva que não se leva em conta a materialidade, isto é, a historicidade, dos elementos culturais que são objetos de processos de patrimonialização, subsiste o risco de serem instituídas, no imaginário social, ilusões de referencialidade, enquanto simulacros de representações que, efetivamente, não representam nada, mas que, por efeito ideológico, produzem sentido. Caso seja esse o eixo das políticas patrimoniais, torna-se impreterível perguntar o que existe por trás, por sob ou para além da materialidade dos objetos e, por conseguinte, que patrimônio estará sendo preservado? Ao contrário dessas assertivas, considero que o que deve ser preservado são precisamente os objetos ou o objetivável, ou seja, as materialidades (as teorias tal qual formuladas,

os rituais e narrativas tal qual dramatizados, o corpo de crenças, as técnicas ou o saber-fazer etc.), pois são elas que, na relação com os indivíduos e a história, reclamam sentidos.

Na perspectiva teórica da AD, o que constitui o cerne dessa questão ideológica e discursiva é o recurso a uma taxonomia que, subjacentemente, aponta para uma estratégia de controle sógnico-semântico, que unidireciona os sentidos, depurando-os e, assim, produzindo enunciados e conceituações que silenciam a polissemia e o trabalho de interpretação. Com base nisso, observo que, em geral, o foco central das políticas e práticas voltadas para a identificação, registro, proteção e preservação de produtos culturais, *a priori* rotulados como patrimônio, recai justamente em uma discussão na qual se depreende um movimento patrimonializante calcado numa perspectiva reducionista e mecanicista do processo histórico-social. Nesse sentido, as assertivas destacadas acima carregam em si mesmas uma contradição, uma vez que, se pensarmos no real das coisas (seja da realidade numênica, seja da fenomênica) – e a não ser que esposemos um conceito reduzido à factualidade ou ao suporte físico de um objeto –, verificamos que não existe nada “para além da materialidade”, nem uma dimensão material (o que supõe uma outra dimensão não material) se nos ativermos à realidade histórica.

Outra questão que subjaz à reflexão em torno de patrimônio concerne à sua temporalidade. Ainda que concorde que, enquanto construção histórica, todo patrimônio esteja ligado ao tempo-espaço sociocultural de sua construção/instituição na memória social, considero que a noção/valor de patrimônio não se define pelo passado, mas justamente por aquilo que um bem/produto cultural produz sentido no presente (relação entre ressonância e aderência de que falam Campos e Borges, 2012 e Borges e Campos, 2012). Aliás, é justamente na e pela temporalidade, um tempo topoetnicamente compreendido, que todo patrimônio inscreve-se na história, ou expõe em si as marcas da impressão da história.

Em busca da língua patrimonializável e expografável

A língua configura-se como uma complexidade que inevitavelmente escapa a um enfoque patrimonial mecanicista ou “metafísico”. Em suma, mesmo quando a língua se apresenta sob a forma de um conjunto ordenado de regras e de produção de enunciados, cuja “ossatura”¹¹ é consti-

11 O ponto cego de todos os positivismos e estruturalismos, metafísicos e científicos, independente-

tuída por componentes relativamente autônomos, ainda assim ela não é isenta a ambiguidades, imprecisões, falhas.

Na perspectiva discursiva, parte-se do reconhecimento da materialidade da língua e da história e, assim, “procura-se entender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2005, p. 15). Em AD, o foco central reside no funcionamento histórico-social da língua e não em sua taxonomia; a análise discursiva ultrapassa o nível das regras e da sistematicidade – relação da língua com ela mesma – para apreender a ordem de funcionamento, ou a relação da língua com o outro, no qual incidem as falhas, os equívocos, a incompletude e a interpretação. É por essa razão que podemos dizer que “a linguagem, mesmo em sua vocação à unicidade, à discricção, ao completo, não tem como suturar o possível, porque não tem como não conviver com a falta, não tem como não trabalhar (com) o silêncio. [...] tendo assim de existir na relação necessária com a história” (ORLANDI, 1998, p. 12). Daí a importância em reconhecer a ordem da língua enquanto sistema significante inextrincavelmente ligado à ordem da história, como materialidade simbólica. Assim, a possibilidade de a língua significar advém do fato de a história intervir, mediada pelas relações que mantém com o sujeito (ORLANDI, 1998).

Devemos, ainda, atentar para o fato de que as línguas não são capazes de criar, de *per se*, a referência, daí a necessidade de estar referida ao exterior, à historicidade, uma vez que língua (sentido) e referência (exterior) são indissociáveis da cena discursiva (AUROUX, 1994). A hiperlíngua define-se como um espaço-tempo histórico-sociolinguisticamente estruturado, levando em consideração os sujeitos falantes, seus diferentes efeitos de horizonte, significativa e ideologicamente determinados, o ambiente sociocultural e a realidade não linguística. É igualmente nesse espaço que se produz o magma das significações, o qual compõe e delimita o dizível, o interpretável e, por conseguinte, o significável.

Assim, se a língua é o lugar do jogo entre o por-dizer e o foracluído, devemos supor que o sentido constitui uma errância, feita de opacidade e incompletude. Contudo, dado que os sentidos podem ser diversos, mas não qualquer um, essa errância ou nomadismo dos sentidos não é aleatória. Como tudo que constitui o ser social, a deriva dos sentidos transita no

mente de suas variações ou renomeações, é se satisfazerem em adentrar/revelar/decodificar estruturas/sistemas, ossatura, DNA, razão última, desconsiderando que esses elementos também fazem parte de e se constituem em uma história, a qual é justamente alijada desse tipo de modelo teórico-metodológico.

âmbito dos determinantes históricos (qual seja, a cultura, o sociopolítico, a ideologia e o inconsciente). Dessa forma, é pelos gestos de interpretação que, de forma provisória e parcial, se torna possível perceber fragmentos, momentos fugazmente apreendidos dessa deriva dos sentidos.

É justamente esse remeter ao histórico-social que permite a Bakhtin (1979) considerar o signo linguístico e, por conseguinte, a própria língua como uma expressão da arena ideológica da luta de classes, uma vez que nela a totalidade do sócio-histórico é simultaneamente refletida e refratada. Ainda assim, e para além da imediaticidade e da complexidade dos aparatos tecnológicos de apreensão da realidade, permanece a questão do real da língua e de sua redução a um recorte apreendido, decupado, arquivado e disponibilizado em megarredes infoviárias.

Scheiner (2007, p. 39) põe em evidência a existência de redes institucionalizadas, tais como “rede de patrimônio”, “memória do mundo”, “patrimônio mundial”, patrocinadas pela Unesco, por exemplo, as quais “funcionam como mecanismos universalistas de controle, pelo alto, do saber e das iniciativas culturais” (SCHEINER, 2007, p. 41). A profusão de programas e iniciativas, tais como os mencionados acima, deixa claro que o patrimônio serve, para além dos controles das agências governamentais ou privadas (nacionais e internacionais), como componente das estratégias de reforço das identidades (restritivas ou expandidas). Esses argumentos me fornecem evidências discursivas a favor da hipótese de que é possível subsumir as práticas patrimonialistas aos aparatos ideológicos da sociedade (AIS, cf. BORGES, 1999), especialmente quando as práticas patrimonializantes remetem ao imaginário social, à construção de um sentido homogeneizador a uma representação como “identidade nacional” que, ao mesmo tempo que produz uma imagem de pertença, produz um sentido uniformizador e cristalizador à ideia de povo, de nação, de cultura e de história, processo ao qual, certamente, a língua, por suas próprias características e funções, se integra.

Se admitirmos, então, a existência de uma totalidade (no real da língua), temos igualmente de admitir que essa totalidade conjuga-se à incompletude. De todo modo, recaímos na cilada da incapturabilidade da língua, em seu movimento real na história e no político. É dessa disjunção dialética entre o real da língua e o que da língua dispomos que resulta o fato de, em nossos aparatos reducionistas da língua enquanto fenômeno (gramática, dicionários, exposições...), restringirmos-nos a tratar com seus simulacros, vistos como parte inerente ao jogo ideologia/inconsciente da/na língua.

De todo modo, a relação língua/simulacro (coisa-da-linguagem) é análoga à relação entre “mim” (como ser particular, dentro de uma vida igualmente particular) e “eu” (como instância abstrata representante daquilo que efetivamente sou), que, de fato, são elementos constitutivos da identidade particular de um sujeito (GABRIEL; ŽIŽEK, 2012). Daí porque o movimento do real da língua desloca-se em permanente tensão com o incompleto e o indizível, ou seja, o realizável em termos de totalidade. Recorrendo a um aforismo freudiano, em que julgamos surpreender e capturar a língua, ela não nos escapa; e onde não a supomos é justamente aí que ela faz sentido.

Língua e preservação: uma relação em aberto

Em geral, as formas de salvaguardar as línguas incluem documentá-las antes que se extingam e arquivá-las como meio de “salvar” seu *corpus* para o estudo de especialistas; e também o desenvolvimento de estratégias de transmissão transgeracional (desde que haja falantes nessas condições). A ênfase desses processos é posta na documentação, isto é, na formação de coleções de materiais linguísticos e culturais, compostas de textos representativos, gravações de áudio e vídeo contendo amostras de léxico, do sistema de sons, do sistema morfológico, de gramática. Assim, no discurso dos linguistas – e por que não no discurso salvacionista em geral? –, salvar uma língua significa acima de tudo registrá-la e arquivá-la em bancos de dados para fins científicos¹².

Em que medida e de que forma, considerando as discussões relativas à patrimonialização, de um lado e, de outro, ao que se entende discursivamente por língua, devemos nos posicionar diante da relação entre a língua e as práticas e os processos de patrimonialização? A questão assim posta concerne, entre outras implicações, a um viés conservacionista que, em larga medida, conforma o ideário patrimonialista e de tombamento em vigor nas instâncias oficiais e, em especial, relativamente ao patrimônio instituído, conceito a que se liga também a noção de resgate e de salvamento, como bem expressa Landim, ao dizer que é usual que os órgãos administradores, assim como as populações, “assumam o compromisso de se engajar no movimento de resgate de valores que são relegados ou irremediavelmente esquecidos ou perdidos” (LAN-

12 Esse discurso salvacionista, no campo científico, não se diferencia, em sua formação histórico-ideológica, de outros discursos, projetos e campanhas de salvamento de espécies ou ecossistemas em perigo de extinção, ameaçados pelo aquecimento global ou por atividades produtivas predatórias.

DIM, 2007, p. 84). Há, certamente, muito a discutir, no campo discursivo, a respeito de significantes como resgate, valores, esquecimento, perda.

Ao pensarmos em preservação (patrimonialização, registro, tombamento), e de acordo com o que preconiza Landim, não podemos deixar de pensar no papel determinante que o imaginário exerce na constituição mesmo da noção/valor de patrimônio, visto que a memória desempenha papel instituinte na construção dos sujeitos e do processo histórico, especialmente com relação àquilo que denominamos e valorizamos como nosso passado, que “é re-significado como estratégia projetiva de construção, negociação e viabilização do futuro. [...] O passado é, principalmente, um discurso que se negocia na construção do futuro” (MORAES, 2007, p. 107).

Quanto aos requisitos para tombamento, Landim (2007) enumera alguns procedimentos que devem ser seguidos, tais como: 1. participação dos grupos locais envolvidos para dar fidelidade ao registro (valor, função etc.); 2. recursos de documentação adequados à natureza do bem, visando manter, no registro, a originalidade; 3. competência técnica dos responsáveis pelo processo, para estabelecer as peculiaridades do bem a ser preservado; 4. nos Livros de Registro, fazer os registros de acordo com a categoria do bem (ideário taxonomista da patrimonialização/tombamento).

Do ponto de vista museológico, as condições necessárias para a preservação de um objeto envolvem questões relativas à documentação, conservação e divulgação, de modo que, em larga medida, a finalidade das políticas de preservação consistiria justamente em ações para evitar que esse tipo de objeto se perca. Em vista disso, como se aplicaria à língua esse princípio que pretende evitar que tais objetos se percam, quando, no que tange à língua, trata-se de um bem dinâmico e em constante transformação¹³? O que e como seria, pensando-se a língua, a sua patrimonialização com vistas à sua preservação, mesmo considerando com Scheiner (2007) que o campo patrimonial é dinâmico e que se adapta bem ao surgimento e utilização de novas

13 A questão central com relação à questão língua/patrimonialização não concerne à dinâmica das línguas e suas transformações no tempo e no espaço, mas ao conceito mesmo de língua que subjaz nos programas e ações patrimonializantes. Quando se fala que “a língua x” é um patrimônio, de que língua se está falando?; patrimônio de que grupo social?; como registrar esse patrimônio? Mesmo levando-se em conta, como contra-argumenta Teresa Scheiner (em comunicação pessoal), que se preserva na transformação, que preservar não é sinônimo de imobilizar e que todo movimento de captura implica perdas, permanece em questão o fato de que o enunciado “a língua x” refere-se sempre a uma língua imaginária.

tecnologias de apreensão, decupação, memorização, codificação (reprodução/recriação) e disponibilização desmaterializada e em tempo real dos objetos alvos de patrimonialização?

Sendo a língua um espaço/magma de significância para o qual contribuem diversos componentes da formação sócio-histórica de uma comunidade, são os seus movimentos e gestos discursivos que permitem revelar, transmitir, tornar perceptível e interpretável a realidade de que somos parte. De modo que se expor a uma língua (documentá-la, estudá-la, patrimonializá-la) significa, outrossim, expor-se a uma realidade complexa e contraditória que existe no e além de um sistema fono-morfo-sintático-semântico ou de um meio de comunicação, isto é, além de sua realidade fatográfica (SCHAFF, 1983). Afinal, as línguas, do mesmo modo que os falantes, fazem parte do conjunto das relações sociais, de modo que as abstrair de sua formação histórico-ideológica, reduzindo-as ao sistema ou à estrutura, resulta em silenciar (uma espécie de silêncio-censura) acerca de uma condição necessária, sem a qual uma língua não se sustenta enquanto tal.

É nessa acepção que recorro à proposição castoriadiana, segundo a qual a formalização dos sentidos não é possível, uma vez que “toda formalização pressupõe ao contrário que todo domínio considerado foi cuidadosamente depurado de todo sentido que poderia conter” e que, por outro lado, “a significação não se deixa formalizar senão nos seus aspectos não pertinentes” (CASTORIADIS, 1987, p. 42-43). Há ainda um outro aspecto que, por suas implicações, também nos leva a descaminhos, o fato de que, ainda de acordo com Castoriadis, os sentidos ou as significações são inexauríveis e não segmentáveis, pois, embora nos seja possível falar em redes de sentidos/significações, elas não apresentam estrutura de conjunto por não serem objetos distintos e bem definidos, por isso, “isolar a significação para formalizá-la só é possível se jogarmos literalmente com as palavras, isto é, se tomarmos a materialidade do significante pela significação inteira, o denotante pelo denotado que é aqui essencialmente uma indefinidade de conotações” (CASTORIADIS, 1987, p. 48).

E já que adentramos no descaminho, divirjo de Castoriadis no que tange à materialidade significativa do significante materialidade. Castoriadis distingue a materialidade do significante ou do denotante (mas qual materialidade: fônica?, gráfica?) da não materialidade (inferida por oposição) do significado/significação ou denotado. O que está implicado nessa discussão é o conceito de matéria (material, materialidade etc.). O com-

plicador dessa questão é que o significante matéria (assim como tempo, energia, cultura, espaço) é um daqueles termos-conceito sobre os quais temos certeza de saber do que se trata, mas ao tentarmos falar sobre eles, defini-los, surpreendemo-nos em perceber que nosso conhecimento – tido como certo – não é capaz de clara e exatamente dar conta do problema.

A política, as diretrizes, o discurso (teórico ou administrativo), assim como as práticas patrimonialistas, no que tange à língua, não podem deixar de considerar que, vista como sistema, como estrutura, o real gramatizável da língua (reduzido ao sistema formal, classificável, explicável e predizível) incide e insiste necessariamente na produção de uma língua imaginada. Isto é, leva à construção de uma língua cuja realidade e tangibilidade só encontra efeito de existência enquanto suportada pelo programa teórico-metodológico utilizado para constituí-la. Por isso mesmo, essa língua modelar e modelizada refere-se a uma língua que, em sua incompletude constituinte, é, de fato, inatingível.

Daí, e para finalizar, poder-se dizer que os esforços de patrimonialização das línguas – a não ser que se reduzam ao inventário linguístico, isto é, ao registro factual ou fatográfico, de modos de fala, de expressões linguísticas locais (regionais ou de categorias de falantes) – são, para utilizar uma metáfora de Scheiner (2007), tentativas de capturar o que é em si mesmo incapturável.

Instalação e espetáculo no Museu da Língua Portuguesa

Não seria difícil, a partir do material coletado e documentado, produzido pelas pesquisas linguísticas (há alguns mapas dialetais já disponíveis), classificar as línguas e exibi-las como se faz, por exemplo, com exsicatas e coleções de insetos ou fósseis, um pouco semelhante ao que já é feito no Museu da Língua Portuguesa (MLP), em que nos deparamos com espécimes de língua exibidos, em roupagem pós-moderna, em formato de *clip*, na grande tela ou em nichos de amostragem. Sem dúvida, temos ali uma instalação bem cenarizada de fragmentos compartimentados de uma língua portuguesa idealizada e imaginária. Ali encontramos palavras, frases, morfemas, amostras de falas turbilhonam diante de nossos sentidos. Oferecem-nos jogos informatizados de montar para testar nossa competência/*performance* de falantes. A partir de uma profusão de partes seccionadas que deslizam em uma sofisticada *touch-screen*¹⁴, os visitan-

14 Ou *e-board*, espécie de tela interativa e ampliada de computador cujos comandos respondem ao

tes são desafiados a montar um corpo (palavra ou frase) que faça sentido (gramatical). Tudo altamente sofisticado, altamente lúdico, sensorial e midiático, bem a gosto de uma sociedade espetacularizada, como aponta Debord (1997). Mas, após termos sido expostos a essa vertiginosa língua-instalação e ao sairmos dessa sessão quase hipnotizante de espetáculo linguístico, ainda nos perguntamos: o que é uma língua, e o que é a língua portuguesa? Em parte, esse estranhamento se deve ao próprio espetáculo da exposição-instalação que, ao nulificar o real (CHAUI, 2006) da língua, produz e nos oferta – na condição de espectadores interativos e, portanto, deslocados do lugar de usuários da língua –, na forma de uma realidade linguística midiaticamente transfigurada, uma língua-simulacro.

Ao pensarmos o real da língua, devemos relacioná-lo ao inencontrável, o incompleto e o irredutível a qualquer sistema de formalização, como o declaram, a partir de seus próprios lugares filosóficos e ideológicos, Pêcheux (1988) e Castoriadis (1987, 2004, 2007). Admitir isso implica admitir, por outro lado, que o real da língua, por ser inalcançável e irrepresentável, também resiste a ser patrimonializável e expografável. Nesse sentido, resta, aos processos de patrimonializar e expografar da(s) língua(s), lidar apenas com os seus representantes, os significantes, isto é, seus membros e partes observáveis e verificáveis. No que concerne ao MLP, não é de estranhar que ele só possa mesmo expor essas frações formalizáveis da língua portuguesa.

Assim sendo, o problema com a exposição do MLP não é técnico nem relativo à simulação linguística diante do real da língua, mas concerne à sua opção museográfica e expográfica pelo espetáculo, nos termos de Debord (1997). Isto é, o fato de o MLP ter optado por uma exposição-instalação na qual a língua se reduz à espetaculosidade tecnoteatralizada centrada no simulacro da língua, ou na fantasia da unidade linguística que, em larga margem, tem a ver com a nossa instituinte alienação em relação à díade simbólico-imaginário face ao real da língua e da história.

Na textualidade expositiva, o que ressalta é a noção-imagem fantasmática de uma língua portuguesa normatizada e padronizada (a língua correta, culta, escrita e homogênea: a língua da gramática, enfim), a partir da qual derivam, por excrescência ou exotismo, as variantes e suas idiosincrasias locais. Desse modo, a forma de língua-simulacro (tal qual nos é oferecida) é expograficamente construída com a pseudomaterialidade de

toque do usuário.

uma língua reduzida (por e para efeito de espetáculo), ao étimo. Este, aliás, o foco central da exposição-instalação que, por sua vez, reduz igualmente – ao meramente reproduzir por meio de uma paráfrase conceitual e cenográfica o lugar-comum que a língua ocupa no imaginário da tradição gramatical-filológica e escolar – o real da língua ao linguisticamente fracionado e desconectado da história. A cenografia expositiva marca, delimita, essa clivagem. De um lado, o visitante depara-se com essa imagem fantásmica, mas institucionalizada, da língua (reapresentada, por exemplo, na grande tela pela miríade vertiginosa, visualmente entorpecente, de étimos). De outro, em nichos distintos (física e significativamente separados), são expostos os espécimes de variedades dialetais, cuja realidade linguístico-sócio-histórica é reapresentada como falha, degradação ou como furo no corpo homogêneo de uma língua que, em si mesma, constitui-se pela regularidade. Por meio dessa clivagem, indica-se que essas variedades não são a língua portuguesa em si mesma, mas realizações locais, no mais das vezes populares, incultas, da língua padrão (memória literogramatical que subjaz e estrutura a expografia). Assim, o próprio apelo tecnoideológico que sustenta a cenografia expositiva termina por reduzir o espetáculo da língua, em toda a sua magnitude, ao gozo lúdico de um simulacro linguístico, que, por sua vez, se sustenta em uma realidade hiperlinguística, constituída pela exposição, decalcada, por sua vez, de uma exovisão sobre a língua.

Além do mais, não é possível falar de fatos de linguagem e de redes de sentido sem se referir à materialidade a partir das, nas e com as quais a língua, os sentidos e seus efeitos são socioculturalmente construídos e se historicizam. Em outros termos, não é factível preservar e/ou discorrer sobre processos linguísticos e sentidos sem que nos atenhamos ao ser-assim e aos entes do mundo. Qual seja, a discussão sobre preservação ou o sentido de qualquer patrimônio deve necessariamente incluir, para ser práxis historicamente significativa, as materialidades em que este ou aquele patrimônio se apresenta e representa no mundo. Além do mais, no que tange especificamente à dimensão discursiva do sentido, observo que o sentido de qualquer enunciado só se torna inteligível e interpretável ao remeter-se e nos remeter continuamente às redes dos sentidos. Assim, o que torna possível a significação é um processo permanente de retorno e reprodução das redes multidimensionais de sentido que são socioculturalmente construídas e reconstruídas na sociedade.

Devemos atentar, finalmente, para o fato de que, na contemporaneidade, à memória histórico-social (memória de um corpo histórico-

-culturalmente esculpido e, por isso mesmo, e irremediavelmente imersa no magma das significações) juntam-se novas tecnologias de registro, tratamento, arquivamento e recuperação de tratos linguísticos, isto é, diversas modalidades de “memórias metálicas, os multimeios, a informática, a automação”, por meio das quais “apagam-se os sentidos da história, da ideologia” (ORLANDI, 2005, p. 10) por reduzir ou linearizar a língua a um acervo de informações que, por não distinguir posições/situações de classe ou no interior do campo político-social, produzem um simulacro de equivalência ideológica, conforme assevera Orlandi (1998). Assim, a “língua” exibida com uma espetacularização de instalação no MLP é emblemática de uma estratégia discursiva que concebe a língua de modo mecanizado, fragmentador, linearizado e des-historicizado e, por conseguinte, cego-surdo-mudo ao próprio movimento real da língua.

Por outro lado, essa opção também apresenta positividade. Afinal, são justamente esses “resíduos”, essa “superfície observável da língua”, esses “significantes”, esses “efeitos de sentido e evidência” que atuam na cotidianidade e nos afetam e, portanto, permitem-nos perceber a língua em seu movimento real. Isto é, se a língua não se confina à estrutura, ela tampouco é uma entidade metafísica, uma vez que o que determina a sua incompletude não se desdobra em uma fatalidade que exista independente do ser social, mas justamente remete à unidade complexa e contraditória formada pela dimensão histórico-ideológica e a do inconsciente.

Para não concluir

Vista em sua totalidade, a questão central da língua no que se refere às práticas patrimoniais e expositivas reside justamente no constituinte significado do signo linguístico, qual seja, a sua historicidade. Se a língua não se define apenas pelas suas formas (variantes estruturais e/ou dialetais) – o que por si só já a tornaria bastante complexa de ser inventariada –, mas igualmente pelas referências à formação histórico-ideológica dos falantes, referências sem as quais não se pode propriamente falar de língua; e também pela relação que, em cada comunidade de fala, se estabelece entre língua e identidade, significa dizer, em seu nível mais elementar, que diferentes grupos de falantes terão diferentes (e até mesmo contraditórios) sistemas de valores com relação àquilo que, em linhas gerais, podemos chamar de língua.

A essa questão, que eu chamaria de constitutiva, gostaria de acrescentar que todo bem/valor define-se por sua incompletude e que

essa incompletude deve balizar toda política e toda ação, seja salvacionista, seja patrimonialista, seja expositiva. Com relação à política de documentação, inventário e registro da diversidade cultural brasileira, gostaria, entretanto, de finalizar realçando o caráter de incompletude constituída e, por extensão, de fragmentação e de provisoriidade que caracteriza o processo de patrimonialização de bens culturais:

isto é o que verdadeiramente fundamenta a ideia de um patrimônio imaterial possível de ser documentado [...], mas apenas plenamente apreensível no domínio dos sentidos através da ‘função de mostração’ [*função esta excelentemente demonstrada pela língua-instalação do Museu da Língua Portuguesa, Autor*]. Esta função, essencialmente comunicacional, e que vai legitimar a existência das referências patrimoniais imateriais. Patrimônio em processo: não há registro que possa fazer justiça à plenitude desse contato, nem à comoção que ele invoca, em todos os sentidos. (SCHEINER, 2007, p. 46, grifos nossos).

Nessa mesma direção, embora em outra perspectiva analítica, chamo a atenção para o fato de que, na atualidade, à memória histórico-social (memória de um corpo histórico-culturalmente esculpido e, por isso mesmo, irremediavelmente imersa no magma das significações) juntam-se novas tecnologias de registro, tratamento e arquivamento dos fatos linguísticos, isto é, diversas modalidades de “memórias metálicas, os multimeios, a informática, a automação”, por meio das quais “apagam-se os sentidos da história, da ideologia” (ORLANDI, 2005, p. 10) por reduzir ou linearizar a língua a um acervo de informações que, por não distinguir posições, mostram-se ideologicamente equivalentes (ORLANDI, 1998), ainda que, contraditoriamente a esse movimento encobridor, os efeitos da história e da ideologia, porque inalienáveis do imaginário instituinte da sociedade, permaneçam e se apresentem o próprio processo de registro/apagamento. Outra vez, a “língua” exibida com uma espetacularização de um simulacro, na exposição-instalação no Museu da Língua Portuguesa, é emblemática de uma estratégia discursiva na qual a língua se reduz, des-historicizada, ao *corpus*.

A cenografia, a encenação, o pôr em cena, enquanto efeitos de leitura-interpretação (a produção de sentido em dado recorte discursi-

vo mede-se pela eficácia ou índice de credibilidade de sua formulação, da materialidade de seu princípio organizador e regulador de sentidos), funcionam igualmente como um modo de conter a deriva dos sentidos, dando-lhe uma ordenação, um direcionamento. Trata-se de um movimento (político-ideológico-linguajeiro) de estabilização dos sentidos em um espaço discursivo, no qual determinados sentidos são privilegiados. Por exemplo, em uma exposição-instalação, o objeto/informação subordina-se ao apelo sensorial (estetização). Por outro lado, essa cena discursiva tende a apagar os traços da memória, ao trocar o pensável, o dizível e o visível pelo encobrimento do imaginário, de forma a tornar coincidente, via experimentação sensorial, a consciência e a realidade.

Desse modo, a elaboração de uma textualização museográfica, calcada no investimento e na produção de uma vivência sensorial no espaço discursivo da exposição, responde aos ditames da organização, da administração e do controle, a partir de uma estratégia cenográfica que “exige una disociación crítica del universo dado de experiencia”. Assim sendo, o visitante é despossuído (ou, melhor dizendo, tendo cerceado o seu poder de crítica pelo apelo vivencial-sensorial) “de los métodos e instrumentos que le permitirían comprender y valorar en su conjunto, en el continuum histórico, en el que esta sociedad cumple, deforma o niega sus propias posibilidades y promesas” (MARCUSE, 1970, p. 110). Desse modo, o que fica bloqueado por essa museografia expositiva sensorialista, onde (aparentemente) não há lugar para a falha, é a historicidade, com o que se instaura o *prêt-à-penser* da normatividade linguística.

Nesse tipo de textualização, uma língua se faz acontecimento sem história, inserida em um território disciplinado, amorfo, asséptico, onde o sentido não desliza, mas em que se reproduz mecanicamente uma memória achatada e mecânica da língua. Contudo, se, por um lado, a exposição-instalação, por sua ênfase na experiência estético-sensorial, desestorica, despolitizando, a língua, o discurso, o sentido e o sujeito; por outro, a textualização museográfica, enquanto discursividade, apresenta-se como inextricável do processo sociossimbólico, ao re-apresentar (isto é, propor e pôr em cena uma dada interpretação) a relação do humano com o real da linguagem e, por conseguinte, com o real da história. A exposição-instalação se faz, pois, metáfora, sintoma desse processo que, ao pretender abolir/excluir a histórica, a faz retornar pelo não dito, isto é, por aquilo mesmo que interdita.

Sendo a língua, em toda a sua extensão, simultânea e complexamente estrutura e acontecimento, diria que os esforços de patrimonialização e de exposição das línguas – a não ser que se reduzam ao inventário linguístico, nem ao registro fonográfico, de modos de fala, de expressões linguísticas locais (regionais ou de categorias de falantes) – são, para utilizar uma metáfora de Scheiner (2007), tentativas de capturar (como a uma imagem), aquilo que, por ser processo e estar em processo, é em si mesmo incapturável, enquanto totalidade ou completude do real.

A fim de evitar que os conceitos de incompletude e de inatingibilidade da língua (GADET; PÊCHEUX, 2004) sejam, neste contexto, remetidos à metafísica e ao agnosticismo, apoio-me, de um lado, no estatuto do real como processualidade que, por extensão, leva à objetividade do conhecimento, e, de outro, na reflexão desenvolvida por Schaff (1983) acerca da infinitude do processo de conhecimento. Assim, o ato de conhecer um objeto, seja em sua totalidade (uma língua), seja em suas parcialidades, tem seu ponto de partida e seu limite nessa infinitude, considerando-se que as conexões do objeto, assim como da relação instituinte sujeito-objeto, seus desdobramentos e suas mutações não podem, *a priori*, ser delimitados (predizíveis), uma vez que se encontram determinados pelo fluxo histórico processual, fora do qual não é possível conhecer efetivamente qualquer objeto. Portanto, se o objeto do conhecimento é ilimitado, o processo de conhecer também o é¹⁵.

Devemos considerar, ainda, que o sujeito do espetáculo contemporâneo tem como um de seus diacríticos comunicacionais a evasão de sua privacidade (BORGES; BASTOS, 2012; CHAUI, 1997), resultante de uma série de deslocamentos sociais e discursivos, entre os quais aquele que resultou no deslocamento do sujeito político para o sujeito consumidor. Assim, se até meados do século XX vigia a separação, em termos de relações sociais, entre o público e o privado, na contemporaneidade multiplicam-se espetáculos de autopublicidade e autoexposição, que condizem com a condição de simulacro que percebemos como uma das vertentes da sociedade espetacularizada (DEBORD, 1977). Trata-se de sintomas de um sujeito autorreferenciado, ou autopreenchido; ou, ainda, de um efeito de evidência instituído

15 Assim também em relação à língua podemos distinguir duas ordens do real da língua: aquela que existe fora e independentemente do processo de conhecimento e aquela que é objeto do ato de conhecer. É justamente essa segunda ordem linguística que produz as línguas imaginadas e/ou conformadas segundo um determinado aparato teórico-metodológico.

pela ilusão da objetividade, cujo efeito secundário concorre para o fortalecimento do sujeito narcísico, e pela qual o efeito de completude do eu vem como decorrência desse preenchimento.

Mas, então, o que isso tem a ver com o museu? Tudo. Em primeiro lugar, não esqueçamos que o museu é, simultaneamente, um *mythopoios* – criador de mitos –, um *eikonopoios* – criador de imagens – e, sobretudo, um *noematopoios* – criador-ordenador de sentidos e significações (CASTORIADIS, 2004). Em segundo, porque, se o museu se dá no espaço em que se manifestam as relações do homem com a realidade, ele também se encontra imbuído da pretensão original de que é possível dar conta e razão do homem, da realidade e das relações que aí se estabelecem. Mas, se isto não é ontologicamente possível, é, não obstante, a condição epistemológica que dá origem, pulsão e sustenta tanto a ciência quanto o museu e, de resto, toda possibilidade do pensável humano. Por contraditório que isso possa soar, é na contradição (nos entremeio e descaminhos) que o fazer humano se cria, recria: *autopoiesis*.

Assim, do mesmo modo que a experiência cotidiana na/da/com a língua se realiza como tendão e como falha/falta; assim também, por extensão, ocorre na experiência expográfica com e sobre a língua: busca-se, em termos museográficos, representar um objeto ou fenômeno que escapa, e escapa precisamente pelos aparatos tecnocientíficos e ideológicos que o tentam capturar. Isto significa que tanto o processo de patrimonialização quanto o de museogravação participam, cada um no âmbito de seus próprios parâmetros e limites teóricos e técnicos, da mesma experiência de representar/formalizar aquilo que, em si mesmo, é irredutível e elusivo.

Portanto, somente mediante estratégias do consciente, para dar sentido e congruência à matéria que escapa do magma das pulsões, é que se torna possível plasmar enunciados linguisticamente compreensíveis (como representantes dessas representações magmáticas), gerando um processo ininterrupto de busca e esforço do sujeito para dar-se uma representação exprimível. Ora, se a presença determinante do conjunto inconsciente/ideologia inibe que “conteúdos” mentais materializem-se na consciência – na forma de palavras e enunciados, por exemplo –, isso não elimina nem a representação nem tampouco a potência significativa do sujeito (GARCIA-ROZA, 2004). Visto de outro modo, é precisamente essa tensão na e com a língua que constitui um dos indicativos tanto do real da língua quanto da história e, por conseguinte, do sujeito.

Luiz C.
Borges

280

Sabemos que, devido à influência da díade ideologia-inconsciente, nenhum sujeito dispõe de acesso livre e direto às redes de representação que determinam suas relações com o mundo e com os demais viventes. Assim, aquilo que permanece na consciência – enquanto instância e função do aparato dialético psíquico-ideológico – e como matéria consciente (logo, cognitiva e passível de intervenção) constitui já o resultado do trabalho permanente de deslocamento e condensação realizado por aquele aparato – que, se, de um lado, é instituinte da subjetividade; de outro, permanece inacessível à vontade e controle do sujeito – em sua materialidade sócio-histórica.

Finalmente, é possível dizer que é a irredutibilidade da realidade a fórmulas, leis, projetos expográficos que impulsiona a tarefa insana de Sísifo (CAMUS, 2010) – metáfora do humano e do estar em sociedade. Ou, melhor dizendo, dessa criatura xifópaga: corpo de Sísifo-Prometeu, cabeça de Janus, híbrido indefinível e sempre mutável de Eros e Thanatos civilizatórios. Estigma do saber não apenas inencontrável, mas igualmente de nunca acabar, mas, igualmente, constituintes/instituintes do humano, terrível, contraditório e inexoravelmente humano.

Referências

AUROUX, Sylvain. A hiperlíngua e a externalidade da referência. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. p. 241-251.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: _____. **Magia e técnica. Arte e política**. Obras escolhidas, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 114-119.

BORGES, Luiz C. **A fala instituinte do discurso mítico Guarani Mbyá**. 1999. Tese (Doutorado em Linguística)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

_____. Museu como espaço de interpretação e de disciplinarização de sentidos. **Revista Museologia e Patrimônio**, v. 4, n. 1, p. 37-62, 2011.

_____; BASTOS, Ana Lucia. Nas malhas das redes sociais: discurso e sujeito narcísico. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. (Org.). **Discurso e...** Rio de Janeiro: 7Letras: Faperj, 2012. p. 131-149.

_____; CAMPOS, Marcio D'Olne. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. In: ENCONTRO ANUAL DO SUBCOMITÊ REGIONAL DE MUSEOLOGIA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE – ICOFOM LAM. Termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral, 21., 2012, Petrópolis. **Documentos de Trabalho...** Petrópolis: Unirio/Mast, 2012. (Teresa Scheiner, Marcus Granato, Maria Amélia Reis [Coord.]).

*Língua,
museu e
discurso*

281

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOYLAN, Patrick J. The intangible heritage: a challenge and an opportunity for museums and museums professional training. **International Journal of Intangible Heritage**, v. 1, p. 53-65, 2006.

CAMPOS, Márcio D'Olne; BORGES, Luiz Carlos. Percursos simbólicos de objetos culturais: coleta, exposição e a metáfora do balcão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 113-130, jan./abr. 2012.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

CANANI, Aline Sapiezinslas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100009&Ing...>. Acesso em: 7 nov. 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto 1**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **Figuras do pensável: as encruzilhadas do labirinto 6**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Luiz C.
Borges

CHAGAS, Mario. O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 95-108.

282

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Comentários. **Subjetividades contemporâneas** – Instituto Sedes Sapientiae, ano 1, n. 1, p. 18-25, 1997.

_____. **Introdução à história da Filosofia**. V. 1: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DESVALLÉS, André (Dir.). **Terminologia museológica**. Proyecto permanente de investigación. Icofom, 2000.

GABRIEL, Markus; ŽIŽEK, Slavoj. **Mitologia, loucura e riso: a subjetividade no idealismo alemão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da Linguística**. Tradução de Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves e Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Introdução à metapsicologia freudiana**. V. 3: artigos de matapsicologia. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S104-71832005000100002&Ing...>. Acesso em: 7 nov. 2007.

*Língua,
museu e
discurso*

283

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Cultura, patrimônio, preservação. In: ARANTES, Antonio Augusto et al. (Org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense; Secretaria da Cultura: Condephaat, 1989. p. 59-78.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

LANDIM, Maria Luiza Braga. Tombamento: o caminho para a preservação do patrimônio cultural brasileiro. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; LAURIA, Ronaldo Martins; DANTE, Aléxis (Org.). **Povos e culturas das Américas: política, cultura, etnicidade**. Rio de Janeiro: Uerj, 2007. (III Fórum de Debates). p. 83-86.

MARCUSE, Herbert. **Ensayos sobre política y cultura**. Barcelona: Ediciones Ariel, 1970.

MORAES, Nilson Alves de. Museu, singularidade e disputa de sentidos na América Latina. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; LAURIA, Ronaldo Martins; DANTE, Aléxis. (Org.). **Povos e culturas das Américas: política, cultura, etnicidade**. Rio de Janeiro: Uerj, 2007. (III Fórum de Debates). p. 107-115.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 1-28, dez. 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

Luiz C.
Borges

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

284

PONNAU, Dominique. Muséologie et mémoire. In: DESVALLÉS, André (Coord.). **Symposium Museology and Memory**: colloque muséologie et mémoire. Basic Papers: memoires de base. Paris: International Committee for Museology, 1997. (Icofom Study Series, 28). p. 11-12.

SCHAFT, Adam, **História e verdade**. 2. ed. Tradução de Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. Políticas e diretrizes da museologia e do patrimônio na atualidade. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; GRANATO, Marcus (Org.). **Museu, ciência e tecnologia**. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007. p. 31-48.

VALENTE, Maria Esther. O museu de ciência: espaço da História da Ciência. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 1, p. 53-62, 2005.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Tópicos).